

MEMORIAL DESCRITIVO - SERVIÇOS SEI Nº 29876500/2026 - SAMA.UGA.ARP**1-Objeto para a contratação:**

Serviço de podas e supressões de árvores no município de Joinville.

2-Descrição dos Serviços:

2.1 A contratação trata-se de serviço comum de engenharia.

2.2 Dos Serviços:

LOTE 1 - Aproximadamente 30% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 4 e 6**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) na área de abrangência da Unidade Regional de Obras Centro-Norte, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

LOTE 2 - Aproximadamente 35% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 10 e 12**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) nas áreas de abrangência das Unidades Regionais de Obras Oeste, Pirabeiraba, Nordeste e Leste, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

LOTE 3 - Aproximadamente 35% do quantitativo de cada item do processo conforme tabela abaixo (**com arredondamentos nos itens 16 e 18**) - Os serviços serão executados prioritariamente (porém não exclusivamente) nas áreas de abrangência das Unidades Regionais de Obras Sudoeste, Sul e Sudeste, assim sendo, poderá atuar em outras regiões do município, conforme demanda da CONTRATANTE.

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
1	1	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	9000
	2	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	3750
	3	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	1800
	4	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e	Unidade	939

			transporte)		
	5	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	660
	6	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	286

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
2	7	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	10500
	8	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	4375
	9	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	2100
	10	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d < 15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	1093
	11	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	770
	12	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	332

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
			Poda em árvore De pequeno		

3	13	Poda em árvore	porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	10500
	14	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	4375
	15	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	2100
	16	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	1093
	17	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	770
	18	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	332

2.2.1 A presente contratação será um serviço não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

2.2.2 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s), desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2.1 Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.2.3 Os serviços abrangerão as seguintes situações, conforme o caso e solicitação da CONTRATANTE:

2.2.3.1 A eliminação ramos baixos ou interferentes em residências, placas luminosas, placas de sinalização de trânsito, semáforos, luminárias e fiações (poda leve);

2.2.3.2 Redução do volume de copa em até 40%, eliminando os galhos interferentes em equipamentos e edificações (poda normal);

2.2.3.3 Eliminar galhadas em conflito com equipamentos e edificações, reduzindo o porte, em até 70% de seu volume, garantindo segurança à comunidade (poda geral).

2.2.4 Época de poda: Varia de acordo com o padrão de repouso de cada espécie, a saber:

2.2.4.1 Espécies com repouso real: entram em repouso após a perda das folhas e devem ser podadas entre o início do período vegetativo e o início do florescimento. Não devem ser podadas com flores ou com frutos;

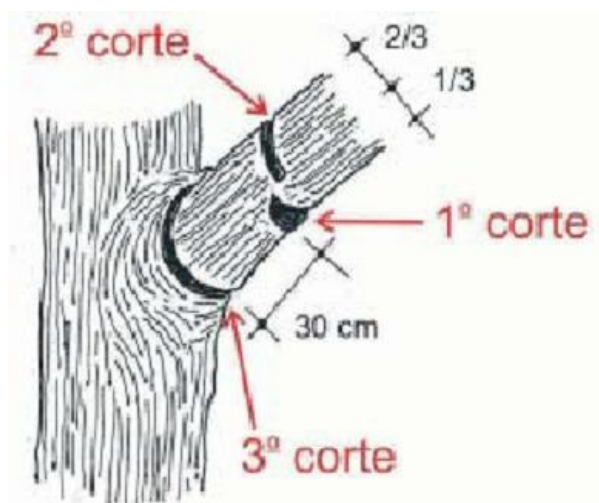
2.2.4.2 Espécies com repouso falso: espécies caducifólias que não entram em repouso após a perda das folhas. O melhor período é entre o final da floração e o início do período vegetativo. Essas espécies não devem ser podadas enquanto estão com flores e no período de repouso;

2.2.4.3 Espécies sem repouso aparente: espécies perenifólias sem manifestações de repouso. O melhor período para poda é entre o final da floração e o começo da frutificação. Não devem ser podadas no período vegetativo.

2.2.5 Do corte:

2.2.5.1 As podas não podem ultrapassar 2/3 da copa da árvore.

2.2.5.2 Galhos com dimensões acima de 5 cm de diâmetro devem ser podados com 3 (três) cortes, conforme Figura 01:



2.2.5.3 Primeiro, um corte, não muito profundo, na parte inferior do galho, a uma distância do tronco equivalente ao diâmetro do galho, ou no mínimo 30 cm.

2.2.5.4 O segundo corte é feito na parte superior do galho, 2 ou 3 cm mais distantes do primeiro corte. Esse corte deve ter a profundidade suficiente para que o galho caia.

2.2.5.5 O terceiro corte serve para eliminar o toco remanescente e deverá ser feito de baixo para cima, preservando o colar e a crista de casca, conforme figura abaixo. Se o galho for muito extenso é necessário usar cordas para segurá-lo.

2.2.5.6 A poda drástica deve ser evitada por produzir indivíduos mutilados e com tempo de vida reduzido;

2.2.6 Tipos de podas:

2.2.6.1 Poda de formação: efetuada em mudas novas. Essa poda consiste na eliminação dos ramos inferiores (ramo ladrão);

2.2.6.2 Poda de correção ou manutenção: deve ser efetuada no caso de galhos doentes, secos e apodrecidos, nos desvios de copa, para o equilíbrio do indivíduo arbóreo e no caso de dano mecânico;

2.2.6.3 Poda de elevação da base da copa: realizada acima de 2 m, para, assim, proporcionar conforto na passagem de pedestres e de veículos;

2.2.6.4 Poda drástica: só é correta a poda drástica da árvore quando efetuada em casos extremos e que permita a remoção de até 70% do volume de sua copa; maus tratos graves; rebaixamento da copa; doenças; e risco às pessoas, equipamentos e moradias;

2.2.6.5 Poda fitossanitária: compreende a remoção de partes indesejadas na planta, tais como: ramos e partes mortas, ramos e partes atacadas por insetos e doenças, ramos partidos em consequência de acidentes e intempéries, e ramos que se entrelaçam ou apresentem infestação de ervas daninhas;

2.2.6.6 Muitas espécies não aceitam poda de forma alguma, portanto, é importante uma análise prévia para se evitar a poda da árvore e deixá-la crescer à vontade.

2.2.6.7 A CONTRATADA deverá aplicar pasta ou calda bordalesa (mistura de sulfato de cobre, cal e água) quando podar um ramo de maior calibre.

2.2.6.8 Para os serviços de remoção, deverá ser realizado o corte e destocamento que compreende a eliminação dos tocos remanescentes, envolvendo a retirada da parte aérea do toco e de suas raízes abaixo do solo.

2.2.6.9 O material resultante dos serviços deverá ser afastado imediatamente, dos postes, muros, leito carroçável e caminhos de acesso, até sua remoção total;

2.2.6.10 Deverá ser recolhida toda a vegetação podada ou cortada e transportá-la, varrendo calçadas e leito carroçável sujos pela ação dos serviços;

2.2.6.11 Deverá ser realizado o recolhimento de todo o material sobressalente e limpeza do local;

2.2.6.12 O transporte e local de destinação dos resíduos gerados pelas podas, supressão de árvores e toco, são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo atender as legislações ambientais vigentes.

2.2.6.13 Todos os caminhões e equipamentos deverão estar em boas condições á perfeita execução dos serviços , considerando podas e remoções de pequeno a grande porte.

2.2.6.14 Os caminhões para execução dos serviços deverão ser:

a) (Equipe 1) - caminhão Munck 24 metros com no mínimo 600kg de carga com a lança totalmente estendida, máximo 10 anos de uso, carroceria e altura padrão, 1 (um) cesto por caminhão.

b) (Equipe 2) - caminhão carroceria mínimo 1 metro de altura de carga e no mínimo 5 metros de comprimento, máximo 10 anos de uso. Os caminhões deverão ser aprovado pelos órgãos competentes, com elevação para pessoas. A vistoria será realizada após a classificação final das empresas, com agendamento prévio pela unidade.

2.2.6.15 A contratação se trata de serviço comum de engenharia, considerando o disposto no Art 6º, inciso XXI da Lei 14.133/2021.

3-Equipe Mínima:

3.1 A Contratada de cada lote deverá possuir no mínimo 02 (duas) Equipes com profissionais, ferramentas e equipamentos suficiente(s) para a execução do(s) serviço(s):

a) 01 (uma) equipe com caminhão Munck com motorista habilitado;

b) 01 (uma) equipe com caminhão para podas menores, com motorista devidamente habilitado.

3.2 A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica suficiente e adequada, incluindo profissional legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho de classe (CREA/CAU), com atribuição compatível com os serviços contratados.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 07:30 hs às 17:30 hs.

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: será determinada pela demanda de solicitações da

população ou por demandas de órgãos externos, e a periodicidade será estabelecida no cronograma de execução de cada Ordem de Serviço.

5.2 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços, em todos os seus termos, conforme prazos estipulados no item **5.1.1**.

5.3 A CONTRATADA deverá realizar os serviços em até no máximo **5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Execução**, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 07:30 h às 17:30 h;

5.4 **Para os casos emergenciais** (ex.: vendavais, quedas de árvores) os serviços deverão ser realizados em até no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, e poderão ocorrer 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive nos feriados e pontos facultativos.

5.5 A contratação é de natureza não contínua, prorrogável na forma do Art. 84 da Lei 14.133/2021.

6-Local de execução dos serviços:

6.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Município de Joinville - SC.

7-Gestor do Contrato:

7.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Meio Ambiente, através do Núcleo de Rearborização Pública e Parques Ambientais, na Unidade de Gestão Ambiental, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da contratada;

8.2 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

8.3 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

8.4 Refazer o(s) serviço(s) que apresentarem defeito(s) ou vício(s) durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua instalação ou utilização;

8.5 A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, pregos, parafusos, fitas e outros necessários à execução dos serviços;

8.6 Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar.

8.7 A CONTRATADA deverá corrigir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis, após notificada, o(s) serviço(s) que porventura venham a apresentar algum problema e/ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Memorial Descritivo. A CONTRATADA deverá proceder as correções (refazer) dos serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Memorial Descritivo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

8.8 Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

8.9 Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da realização dos serviços;

8.10 A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas, para garantir a segurança dos munícipes/ transeuntes;

8.11 Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço;

8.12 Comunicar ao CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

8.13 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

8.14 A CONTRATADA deverá se apresentar nos locais indicados pela CONTRATANTE na data e horário preestabelecidos, com a equipe completa, uniformizada e com os equipamentos de proteção individual, com todos os equipamentos devidamente abastecidos, ferramentas prontas para o uso e material de sinalização;

8.15 Caberá a CONTRATADA o contato com a Secretaria do Meio Ambiente - SAMA no intuito de obter a autorização para o corte de árvores tanto exóticas como nativas;

8.15.1 A mesma poderá realizar o contato através de e-mail, telefone e meios digitais, tais como aplicativos de mensagem, a fim de facilitar e tornar eficiente a comunicação.

8.16 Caberá a CONTRATADA a solicitação de desligamento da rede de energia elétrica de alta ou baixa tensão quando necessário, devendo ser feita com um prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas ao órgão competente;

8.17 Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários da CONTRATADA deverão, obrigatoriamente, usar faixas refletivas na indumentária, e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o seu cumprimento. Dentre eles: cones de sinalização, faixa zebra para sinalização, bandeirolas de sinalização, coletes refletivos, etc;

8.18 A CONTRATADA deverá apresentar o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, devidamente preenchido, com a identificação e o aceite do local de destinação final dos resíduos, bem como o Certificado de Destinação Final do resíduo, em cumprimento à legislação ambiental.

8.19 Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

8.20 Cumprir com a legislação ambiental aplicável à prestação do serviço;

8.21 No que tange às obrigações trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho:

- A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

- A CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia corrido após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

I - Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço/obra com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

II - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

III - Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

IV - Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

V - Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço/obra;

VI - Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

VII - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

VIII - Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança

e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

IX - Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego.

X - Exame admissional;

XI - Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

XII - Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

XIII - Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhar(á) a execução da obra/serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do artigo 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 Permitir acesso dos empregados da(s) CONTRATADA(S) às dependências do(s) local(is) para a prestação dos serviço(s);

9.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

9.3 Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

9.4 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Memorial Descritivo;

9.5 Rejeitar em todo ou em parte, o(s) serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Memorial Descritivo ou que fora constatado qualquer irregularidade.

9.6 Atestar que as notas fiscais estejam em conformidade com este documento e encaminhá-las para pagamento;

9.7 Notificar a(s) empresa(s) CONTRATADA(S) quanto a qualquer irregularidade encontrada;

9.8 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviços(s) executados pela(s) CONTRATADA(S);

9.9 No que tange às obrigações trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho, deverá a CONTRATANTE:

- Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

- Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

- Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

- Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 - Modelo de gestão e execução da contratação:

10.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1.1 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: será determinada pela demanda de solicitações da população ou por demandas de órgãos externos, e a periodicidade será estabelecida no cronograma de execução de cada Ordem de Serviço.

Da Gestão

10.2 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

10.2.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

10.2.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

10.2.3 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º **64.109/2024**, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

10.2.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.2.5 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

10.2.6 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.3 Critério de medição e pagamento

10.3.1 O pagamento será conforme as medições mensais realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, e após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo e demais condições;

10.3.2 Os serviços realizados serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da prestação do serviço, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Memorial Descritivo;

c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 10.3.2, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no presente Memorial Descritivo, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a realização do serviço visando ao atendimento total das especificações, conforme subitem 2.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

10.3.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.3.4 O pagamento será por serviço realizado, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo.

10.3.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10.3.6 O método de avaliação e conformidade dos serviços realizados deverão observar os padrões mínimos de qualidade e desempenho no item 10.14.

10.4 - Formas e critérios de seleção do fornecedor.

10.4.1 A licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.4.2 O regime de empreitada da contratação será o de execução indireta por empreitada por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

10.4.3 A proponente deverá demonstrar:

- A capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional;
- Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: serviço de podas e supressões de árvores

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de obra/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 25% (vinte e cinco por cento) do total a ser executado, ou seja: 25% do quantitativo de cada item de cada lote, sendo:

a) serviços de podas de árvores, conforme tabela:

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
1	1	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	2250
	2	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	937
	3	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	450

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
2	7	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	2625
	8	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	1093
	9	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	525
Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
3	13	Poda em árvore	Poda em árvore De pequeno porte (até 5m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	2625
	14	Poda em árvore	Poda em árvore De médio porte (5m a 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	1093
	15	Poda em árvore	Poda em árvore De grande porte (maior que 10m), inclusive transporte e destinação de material resultante.	Unidade	525

b) serviços de remoção de árvores, conforme tabela:

Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
1	4	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d<15cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	234
	5	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d >= 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e	Unidade	165

			transporte)		
	6	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	71
Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
2	10	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d < 15 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	273
	11	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	192
	12	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	83
Lote	Item	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade
3	16	Remoção de árvores	Remoção de árvores Pequeno porte d < 15 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	273
	17	Remoção de árvores	Remoção de árvores médio porte d > = 15 a 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	192
	18	Remoção de árvores	Remoção de árvores Grande porte d > 30 cm (corte, destocamento, remoção e transporte)	Unidade	83

c) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

- Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

10.4.4 A CONTRATADA deverá recolher garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 98, da Lei nº 14.133/2021.

- A comprovação da prestação da garantia, deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato.

10.4.4.1 - Caso a proposta da licitante for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

10.4.5 A Contratada deverá atender à todos os requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social,

Trabalhista e Econômico-Financeira, conforme exigido nos Arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e nos respectivos itens deste Memorial Descritivo e do Edital.

10.4.5.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.4.5.2 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.5.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da parcela pertinente da contratação e comprovação por meio de capital social.

10.5 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS EMPREGADOS

10.5.1 - A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos;

a) Caso a contratada conceda prazo de garantia maior que o hora estipulado, a garantia da mesma deverá prevalecer.

b) Para fins de devida constatação, o prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.6 - VISITA TÉCNICA

10.6.1 - Para o devido conhecimento dos endereços e equipamentos atuais da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail sama.uga.arp@joinville.sc.gov.br.

10.6.2 - A visita será realizada individualmente com cada interessado sempre em horários distintos.

10.6.3 - A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante do Município, nos locais onde estão instalados os equipamentos contemplados neste Memorial Descritivo.

10.6.4 - Durante a visita não será fornecido pelo representante do Município nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Memorial Descritivo, nesse sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e equipamentos.

10.6.5 - Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" pela Secretaria De Meio Ambiente, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos de habilitação.

10.7. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

10.7.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a execução dos serviços é de responsabilidade exclusiva da contratada, a fim de garantir total controle da execução da contratada;

10.7.2. Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

10.8 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.8.1 - Estima-se a contratação no importe de R\$ 8.796.120,25 (oito milhões, setecentos e noventa e seis mil cento e vinte reais e vinte e cinco centavos).

10.9 - DA ADEQUAÇÃO/DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.9.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.9.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.10 - DA MELHOR SOLUÇÃO ENCONTRADA

10.10.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (29571446), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços podas e supressões de árvores no município de Joinville.

10.11 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.11.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (29571446), que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

10.12 - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.12.1 - Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

10.13 - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE/DESEMPENHO

10.13.1 - Deverão ser atendidos, neste sentido os seguintes padrões mínimos:

10.13.2 - Em caso de suspeita ou dúvida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá solicitar a realização de ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto, cujos custos deverão ser arcados exclusivamente pela contratada, nos termos do Art. 140, §4º da Lei 14.133/2021.

10.13.2.1 - Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão do serviço no prazo previsto e com a qualidade esperada, deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de produtividade.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme de Souza, Servidor(a) Público(a)**, em 22/06/2026, às 13:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Uller de Britto, Coordenador(a)**, em 22/06/2026, às 14:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 22/06/2026, às 15:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jamil El Khaitib, Servidor(a) Público(a)**, em 22/06/2026, às 15:35, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29876500** e o código CRC **0344553A**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br